



PSICOLOGIA, EMERGÊNCIAS

E DESASTRES – NOVA (?)

PRÁTICA PROFISSIONAL!

Ao receber o convite do CRP-12 para escrever sobre psicologia e desastres, senti alegria, mas também muita preocupação. Alegria por poder escrever sobre o que vivi e ainda vivo nos diferentes contextos de desastres e nas diferentes rodas de discussões sobre a temática; preocupação por tamanha responsabilidade que é escrever sobre um tema, cujo olhar muda, conforme o meu/seu lugar nestes contextos mudam.

Meu diálogo com a temática iniciou ainda no ano de 2009, quando o município em que atuava como psicóloga do CRAS, foi atingido por um tornado. Desde lá, muitas foram as aprendizagens, muitos foram os desafios. Guaraciaba, as enchentes do Oeste

e Litoral Catarinense, as enchentes em São Paulo, Região Serrana do Rio, a Boate Kiss, o acidente aéreo da Chapecoense... lugares onde minhas discussões circularam, onde circulei, lugares que não mais esquecerei. As discussões locais, regionais, estaduais, nacionais e latino-americanas, sobre o tema me trouxeram algumas certezas, bem como, muitas inquietações, as quais me permito compartilhar com você, colega psicóloga.

A primeira e mais importante certeza é que não importa o meu lugar na rede de relações em que eu estou quando o tema é desastres, este sempre deverá ser um trabalho coletivo, um trabalho multi e interdisciplinar, coordenado pelos atores dos serviços públicos

dos locais afetados - voltaremos a tratar deste ponto mais tarde-. Também aprendi, que antes de sair de casa, devo me perguntar se estou preparado para o que posso vivenciar, se tenho como sobreviver neste espaço, qual será o meu território de atuação e o cenário que encontrarei, sem ser mais um sujeito a ser cuidado. O código de ética profissional do psicólogo (Resolução CFP, 0010/2005) nos ajuda muito neste momento, pois em seu artigo 1º, que trata das nossas responsabilidades, logo na alínea “B” nos diz que deveremos assumir responsabilidades somente por atividades para as quais estejamos capacitados pessoal, teórica e tecnicamente, e é só depois de responder esse questionamento que decido se devo sair de casa ou não para um cenário de desastres.

Bem, e o que preciso saber? Preciso saber que a tradição de pesquisas em desastres não é recente, (os primeiros estudos no ocidente datam de 1906), temos muitas fontes de pesquisas tanto nacionais como internacionais para tratar do tema. Bem verdade, que muito ainda se escreve sobre “pós desastre”, pouco e raras são as leituras pensando a prevenção e promoção neste contexto o que se caracteriza hoje como o nosso maior desafio. O que independe é que devo conhecer os conceitos, as teorias, e principalmente como é tratado um desastre no Brasil a partir da organização dos órgãos da proteção e defesa civil, municipal, estadual e federal.

Nós, psicólogas brasileiras, temos alguns marcos significativos para começar os estudos sobre essa temática, que entendo como transversal a formação profissional, e não

como uma especialidade em Psicologia, tendo em vista que não sabemos quando seremos surpreendidos por situações as quais irão requerer que a nossa atuação seja voltada para a promoção de saúde mental, relacionada a uma situação de desastres, ou mesmo nossa atuação direta em algum contexto de desastre. O Conselho Federal de Psicologia (2006), aponta que no Brasil o primeiro registro do processo histórico de inserção da Psicologia no estudo, pesquisa e intervenção nas emergências e nos desastres é datado de 1987 com o acidente do césio-137, em Goiânia - Goiás, o que considero um primeiro marco histórico para os psicólogos que se debruçam sobre o estudo dos desastres no Brasil.

Sendo que, para o próprio CFP somente no ano de 2006, novamente a Psicologia se organizava coletivamente a realizar o 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres com a temática - Contribuições da Psicologia para a Construção de Cidades mais seguras. Em uma parceria entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil e o Conselho Federal de Psicologia. Seminário este que possibilitou que os psicólogos brasileiros pudessem relatar suas práticas, discutir novas formas de intervenções, olhando para esta demanda como tema transversal aos grandes campos de atuação da Psicologia enquanto ciência e profissão. Desde então, diversas iniciativas, tanto promovidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, como por entidades formadoras em Psicologia, tem se debruçado pelo estudo e intervenção em contextos de desastres. Desta forma, a psicologia pode e deve contribuir para com a construção de referências técnicas que podem promover o fortalecimento do

protagonismo e da organização social, que produzem ganhos significativos na saúde mental e geral dos afetados e da comunidade. Para tanto, conceitos, como Desastre, Risco e Vulnerabilidade compõem a dimensão central das reflexões que balizam uma atuação teórica, ética e técnica e competente neste contexto.

Mas afinal, como podemos conceituar desastre? Para Valêncio (2011, p. 19), os “Desastres são evocados, pelos afetados, como acontecimentos persistentes que se mantêm no sofrimento cotidiano oriundo de uma multidimensionalidade e agudização de danos havidos, em contraponto à recorrente prática de negação e indiferença de outros atores, incluindo das frações do Estado”. Ainda para esta autora, “O contexto de modernidade é intrinsecamente produtor de desastres, posto caracterizar-se pela criação contínua de riscos.”

Outro conceito chave para compreensão dos fenômenos considerados como desastres é o conceito de risco. Para Almeida (2009, p. 02) “O conceito de risco diz respeito à percepção de um indivíduo ou grupo de indivíduos da possibilidade de ocorrência de um evento danoso ou causador de prejuízo. Portanto, o conceito de risco é uma noção humana (ou social) que apenas existe se houver pessoas que o percebam e/ou que sejam passíveis de sofrer com a ocorrência de um evento danoso”. No contexto dos desastres, a percepção do risco é matéria prioritária, sobretudo, para a sua mitigação.

Devemos refletir, assim, sobre a necessidade



do fortalecimento do protagonismo social das pessoas e comunidades para esta percepção de risco, o que se torna fundamental, pois ao valorizar o conhecimento local, tornando os sujeitos parte do processo de reconstrução, mais cedo esta reorganização acontece, e mais

duradoura são as soluções. A percepção social é algo que há bastante tempo é estudado pelas psicólogas. Sabe-se da sua influência no comportamento e na formação de crenças e valores. Assim, a maneira que uma determinada comunidade reconhece o risco a que está exposta é bastante diverso da percepção de um técnico ou mesmo de outra pessoa estranha àquela comunidade. Um trabalho com percepção do risco pode ser fundamental para salvar vidas e o desenvolvimento modos outros de existência na superação de situações de desastres. As catástrofes produzem uma importante desorganização social, este critério é fundamental para sua compreensão.

Neste sentido, as piores consequências de uma catástrofe são as alterações no sistema social, meios de produção e consumo de energia, água potável, a circulação de bens e de pessoas, as comunicações, a destruição de cuidados sanitários, incluindo a “administração” de cadáveres (como vimos em Mariana e Brumadinho), entre tantas outras tarefas relacionadas a uma boa rede de informações que possam garantir a todos profissionais, afetados e comunidade em geral, começar a reorganizar suas vidas, suas rotinas. Pois, o estabelecimento da rotina diária é o primeiro passo para a reorganização das famílias e comunidades. É importante que sejamos mais dialogantes em questões culturais e de política interior e exterior. Estas considerações da interação entre os conceitos de risco, percepção de risco, desastres e seus atores apontam para uma contribuição possível da área da Psicologia à matéria, superando o isolamento de uma visão exclusivamente individualista e naturalizada dos desastres.

Sabemos até aqui, que este é um trabalho multi e interdisciplinar, que precisa da melhor competência teórica- técnica e ética do profissional, que (re)estabelecer a rotina, considerando as questões culturais, e protagonismo social das comunidades afetadas por situações de desastres são primordiais, como o é conhecer mais sobre os temas e legislações pertinentes a temática. Também sabemos, como nos diz o Código de Ética Profissional do Psicólogo em seu artigo primeiro, (d) que devemos “prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal” (CFP, Res. 010/2005). Mas o que efetivamente realizamos?

No início do texto aponte que nosso foco de atuação muda, conforme é no nosso local na rede relacional profissional nos desastres. Podemos atuar como voluntários, como participantes de algumas organizações não governamentais (como Médicos sem Fronteiras, por exemplo), e ainda como atores das Políticas Públicas que se relacionam com a especificidade do Desastre. Entendendo que, as políticas públicas locais devem ser fortalecidas pela presença dos outros atores (voluntários e trabalhadores de ONG’s), tendo em vista que quando os voluntários saem do local de intervenção, bem como as ONG’s, quem deve deter as informações do que foi realizado, e ainda gerir os processos de continuidade com firmeza e competência teórico técnica são os profissionais da rede pública local. Para nós, as psicólogas das Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social, Educação e Segurança e Defesa Civil, devem atuar sempre na gestão de riscos e

desastres, pela permanência no contexto, pelo conhecimento local da realidade social, pelos vínculos profissionais já estabelecidos com as comunidades. Se sou voluntária, devo sempre me dirigir a esses profissionais, para conhecer o cenário e demandas, realizar minha inserção conforme as necessidades locais e prestar informações sobre o trabalho que realizei e onde parei.

Assim, os profissionais das políticas públicas, além dos conhecimentos técnicos de suas áreas de atuação, como por exemplo, intervenção em luto, primeiros cuidados e primeiros socorros psicológicos, apoio à organização de abrigos e donativos, registro de informações para banco de dados e relatórios solicitados, ainda devem conhecer sobre gestão de riscos e desastres, sobre planos de contingência e sobre a atuação e comunicação com rede de Proteção e Defesa Civil e meios de comunicação. E quanto as minhas inquietações, trago-as em forma de necessidades:

Precisamos, pois, conhecer sobre o evento que causou a ruptura do sistema social. Conhecer qual foi o desastre, qual o cenário e território existencial que tenho para atuação, saber minimamente sobre intervenção em primeiros cuidados, primeiros socorros psicológicos, conhecer sobre apoio psicossocial, sobre intervenção em luto. Com forte influência teórico epistemológica das suas teorias, sejam elas oriundas de qualquer um dos campos do saber em Psicologia... Conhecimentos estes que devem ser considerados juntamente com a cultura local, com a história daquela comunidade, sem esquecer que, no Brasil, falar

em Desastres é falar quase que na totalidade dos casos, de Desigualdade Social.

Antes de tudo, devemos ter respeito a diversidade que vamos encontrar. E, urgentemente, enquanto categoria profissional, é necessário que compreendamos que, independente de onde atuamos na psicologia, podemos pensar em ações de prevenção e promoção de saúde para situações de desastres. Que nossa atuação não inicia na fase do "pós desastre", mas inicia na realidade cotidiana de nossos lugares profissionais, pensando a prevenção de riscos para os nossos territórios locais.

Devemos estar em todas as fases do desastre (prevenção, mitigação, preparação, resposta, reconstrução/recuperação), sabendo que nossa atuação é definida pelo lugar que ocupamos neste cenário, e que o nosso fazer se faz pelo compromisso ético para com a sociedade, baseado nos direitos humanos, especialmente no respeito e cuidado a todos os humanos, pois nossa atuação não é para benefício ou marketing pessoal, mas para benefício das pessoas e coletividades. Que nossa atuação deve ser registrada, para ser informada aos órgãos de controle, e que nossa atuação possa ser realmente de transformação de realidades tão vulnerabilizadas pelas situações de desastres, onde a psicologia atua por vezes, com um viés que patologiza as relações, a vida, individualizando processos que são coletivos, oriundos de uma desigualdade social que só cresce no nosso país. Convém finalizar dizendo que muito já construímos, mas essa é uma caminhada que está apenas começando.

Referências:

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de, PASCOALINO, Aline. Gestão de risco, Desenvolvimento e (meio) Ambiente no Brasil - um estudo de caso sobre os desastres naturais de Santa Catarina. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 13., 2009, Viçosa. Anais eletrônicos... Viçosa: UFV, 2009. Disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/gestao_de_risco_desenvolvimento_e_meio_ambiente_no_brasil.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA., Resolução nº

010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, CFP. 2006.

QUARANTELLI, E.L. A social Science research agenda for de disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations. In: PERRY, R.W. QUARANTELLU, E.L. (Eds) What is a disaster? New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters. 325-396. 2005.

VALÊNCIO, N., SIENA, M., MARCHEZINI, V. Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados / Norma Valencio. - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.



Maria Carolina da Silveira Moesch

Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó.

Cursando Especialização em Avaliação Psicológica pelo Instituto de Pós Graduação

(IPOG). Cursando Pós Graduação Latu Sensu em Aprendizagem Ativa e Inovação Acadêmica pela Unochapecó.

Possui Título de Especialista (pós graduação) em Psicologia: Práticas Sociais e Desafios Contemporâneos, pela Unochapecó (2009). Graduada em Psicologia pela mesma Instituição (2004).

Coordenadora do Curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

Tem experiência profissional em Psicologia nos Desastres e catástrofes; Política Pública da Assistência Social. Ética e legislação em Psicologia. Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais.